

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO I / N.º 4 / 21 DE JUNHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

EDITORIAL

Dentro de menos de um ano haverá eleições para a Assembleia Constituinte. Constituinte porque vai fazer a nova Constituição.

É assim que começamos desde já a ver atitudes que consideramos eleitoralistas. Eleitoralistas porque põem nas eleições o seu principal objectivo e passam portanto a considerar que a solução virá por via eleitoral.

Nós não estamos de acordo. Pensamos que a solução para os trabalhadores portugueses está no socialismo. E que o socialismo não se vota, como por vezes se ouve dizer. O socialismo conquista-se. E quando se vota ou quando se julga que se votou, como aconteceu no Chile, mal vão as coisas para os trabalhadores, grandes ilusões caíram sobre as suas cabeças.

O socialismo conquista-se e conquista-se pela revolução. E isto porque num sistema socialista os burgueses perdem todos os seus privilégios e os trabalhadores no poder tudo farão para que a burguesia desapareça como classe e para que cada burguês passe a trabalhar e a ganhar como qualquer outro cidadão.

Ora isto, que representa uma grande reviravolta histórica, que representa a queda do poder por parte de uma classe, não se faz pelo tranquilo caminho das eleições ou das leis, por muito que isso nos custe.

A burguesia resistirá até ao fim. Não entregará os seus poderes só porque umas eleições foram ganhas ou só porque uma lei foi votada. Nunca o fez em parte nenhuma do mundo.

Só os trabalhadores organizados encontrarão as formas de tomada do poder. A consciência de classe do proletariado leva à sua organização e são as várias formas que esta organização assume que se transformam no instrumento para a conquista do poder, para a revolução socialista. Revolução que será mais ou menos violenta, que durará mais ou menos tempo, mas durante a qual as grandes massas tomarão pela violência os instrumentos do poder.

É portanto neste sentido que os trabalhadores se devem organizar.

Um sentido bem diferente será aquele em que tudo se organiza para ganhar eleições. Desde já tudo passa a fazer parte da campanha, criando a ilusão de que os trabalhadores muito terão a ganhar com isso. Comícios e organização por freguesia, porque é por freguesia que se vota... Promessas de melhorias... Críticas ao presente, demonstrando que o futuro será melhor se os resultados das eleições o permitirem. O jogo está jogado: daqui em diante o trabalho político eleitoralista será todo feito em função das eleições.

Na sociedade capitalista o parlamento poderá servir para confrontar ideias, inclusivamente poderá servir para os trabalhadores fazerem ouvir a sua voz, mas cá fora o sistema mantém-se, a exploração continua.

Por isso, se é justo que os trabalhadores aproveitem as eleições burguesas para fazer propaganda e até para desmascarar a via eleitoral, não devem fazer disso um objectivo e muito menos devem criar ilusões de que o socialismo nascerá por obra e graça duma lei, em pleno parlamento.

Para uma contra-informação revolucionária

A dominação capitalista era para Marx a dominação exercida pela matéria morta (o capital) sobre a matéria viva (a força de trabalho dos trabalhadores). Na verdade, o que define a produção capitalista é o facto de ela visar a acumulação de capital nas mãos dos capitalistas mais do que a satisfação das necessidades e interesses dos trabalhadores. Assim, a produção dos bens vitais, no modo de produção capitalista, encontra-se subordinada à exploração dos trabalhadores, subordinada aos interesses do capital (matéria morta) e ao reforço do seu poder.

No entanto, seria ingenuidade esperarmos que o próprio capitalismo explorador apresentasse as coisas deste

modo. Seria ingenuidade esperar que a burguesia dos patrões e dos seus representantes confessasse que é assim que as coisas na realidade se passam. Ao contrário, a dominação da burguesia que se traduz materialmente pela exploração da classe operária e dos demais grupos oprimidos, actua também no domínio por assim dizer «espiritual» — ou seja, em termos marxistas, no domínio ideológico —, fabricando uma imagem distorcida da realidade e tentando que esta imagem da realidade e do mundo seja acreditada por aqueles que explora: os trabalhadores.

Deste modo, a cultura e a informação burguesas são uma autêntica encenação da realidade, um autêntico

(continua na pág. 2)

ACERCA DA SUSPENSÃO DA GREVE DOS CTT

O facto de ter sido suspensa a greve dos trabalhadores dos CTT, obrigou-nos a que incluíssemos à última hora o comunicado n.º 19 da Comissão Pró-Sindicato:

COMISSÃO PRÓ-SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CTT

COMUNICADO N.º 19

A Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores dos CTT, depois de ter reunido às 19,30 horas do dia 19 com o Conselho de Gerência da

Empresa e os Delegados da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações e dos Ministérios da Coordenação Económica e do Trabalho, tomou conhecimento de uma nova contra-proposta que, por irrisória, não deveria ser considerada. Esta contra-proposta concederia, em relação à inaceitável proposta que está na origem da greve um aumento mensal de 100\$00 nos 5 níveis mais baixos e de 80\$00 no 6.º e mais nada. Em suma, um aumento médio de 33\$00 por trabalhador!

(E mais adiante...)

Quando às 0,55 horas de hoje, dia 20 de Junho, se preparava para

continuar as negociações estas foram interrompidas pelos referidos representantes que, sem aviso prévio, declararam que se retiravam da sala devido ao facto de os Ministros que representavam terem abandonado os respectivos gabinetes.

Consciente da gravidade da situação, a Comissão Pró-Sindicato dirigiu-se em seguida para uma Assembleia de delegados de trabalhadores que, considerando:

— que a primeira contra-proposta ao nosso caderno reivindicativo apresentada pelo Governo não

(continua na pág. 5)

Pelo facto de considerarmos este comunicado suficientemente explícito, não nos vamos alongar em considerações.

Apenas tornamos pública a nossa concordância com o conteúdo do mesmo, e saudamos a Comissão Pró-Sindicato e os trabalhadores dos CTT pela coragem e alto grau de responsabilidade demonstrados quando, a fim de preservar a unidade dos trabalhadores, ameaçada e atraindo por terceiros, suspenderam a greve.

Porque tal suspensão não implica, como já se pode ver na parte final do comunicado acima referido, uma quebra na sua firmeza em prosseguir a luta, «Revolução» declara-se uma vez mais ao lado dos trabalhadores dos CTT e apela para a compreensão e solidariedade das classes produtoras no sentido de que seja levada à prática uma verdadeira unidade das mesmas.

Decisões da O. U. A.

A última reunião dos Chefes de Estado da OUA (Organização de Unidade Africana) aprovou duas decisões relacionadas com a política colonial portuguesa:

— A República da Guiné-Bissau que é o 42.º membro da OUA passou também a ser o 18.º membro do Comité de Libertação daquele organismo internacional.

— Continuação do isolamento diplomático de Portugal enquanto o Governo Provisório e a JSN não tenham reconhecido a República da Guiné-Bissau, e enquanto não concederem o direito à independência das outras colónias.



Para uma contra-informação revolucionária

(continuação da pág. 1)

«doirar da pilula», através dos quais a burguesia domina, não só a força viva do trabalho na fábrica, no escritório ou nos campos, como também o pensamento dos trabalhadores à custa dos quais vive. Por meio deste processo, que é dito em termos marxistas «pressão ideológica», o capitalismo vai conseguindo impedir os seus explorados de tomarem clara consciência do papel que desempenham na vida social, da força real que detêm, da possibilidade em que se encontram de tomar o poder e assumirem eles próprios a produção socialmente necessária, «economizando» o lugar parasitário dos patrões. Portanto, é em grande parte por meio desta «pressão ideológica» que o capitalismo vai hoje sobrevivendo e perpetuando, como dissemos acima, a dominação da matéria morta (o dinheiro, o capital) sobre a matéria viva (a força de trabalho dos trabalhadores com as suas necessidades e justas aspirações).

A IMPRENSA BURGUESA

Entre os meios variados de pressão ideológica, que vão desde a educação oficial à religião, é de destacar o papel da grande imprensa burguesa e dos meios de comunicação ditos de massa como a rádio e a televisão.

De acordo com o tema que nos propusemos tratar, vejamos pois como é que a imprensa burguesa se define e como actua no sentido de impedir a tomada de consciência dos trabalhadores.

Temos, em primeiro lugar, um facto bruto e indiscutível: um jornal diário, um grande semanário, uma estação emissora de rádio, etc., são hoje unidades empresariais que exigem a disposição de avultados capitais e que, por conseguinte, se encontram nas mãos dos capitalistas. Sendo assim, sendo a indústria da informação propriedade dos capitalistas, é óbvio que ela se encontra ao serviço da exploração e é óbvio também que é uma arma contra os trabalhadores.

Por outro lado, é evidente que um trabalhador, que qualquer de nós quando ouve o noticiário da rádio

ou lê o «seu» jornal ao fim da tarde não se dá conta de que está a ser manipulado ideologicamente, que está a sofrer uma «lavagem ao cérebro», que está a ler ou a ouvir uma descrição falseada do mundo em que vive. E é evidente também que isto acontece porque, geralmente, um jornal burguês não afirma que é contra os trabalhadores, não traz escrito nas suas páginas, letra por letra, que é uma arma capitalista. Como é então que um jornal burguês, como é então que a informação exerce a «pressão ideológica» de que acima falámos?

Pois bem, a informação burguesa exerce esta «pressão ideológica» e falseia a consciência de classe revolucionária do proletariado, pintando os acontecimentos segundo as cores dominantes, descrevendo o mundo e noticiando segundo uma perspectiva burguesa, do ponto de vista do capital (matéria morta) e não do ponto de vista dos produtores assalariados, força viva de trabalho vivo.

Por exemplo, os jornais falam do aço que as metalúrgicas produzem mas não falam dos operários metalúrgicos; falam do trânsito nas ruas da cidade mas não falam do interior das casas dos trabalhadores urbanos; falam de receitas e produtos culinários mas não falam do trabalho doméstico, como não comparam os preços das mercadorias de primeira necessidade com os salários da classe operária — ou seja, os jornais, em primeiro lugar, não noticiam tudo.

Em segundo lugar, a informação burguesa distorce a realidade, fazendo aparecer como natural, como indiscutível aquilo que não é senão uma consequência directa da dominação capitalista. Assim, os jornais podem falar de abundância ou falta de pão, mas não explicam que o pão que compramos é uma mercadoria, cuja análise pode desvendar toda a exploração capitalista. Não explicam que o patrão de uma padaria vende o pão muito acima do seu custo real, e que em qualquer caso paga aos seus assalariados o seu trabalho muito abaixo do real valor desse mesmo trabalho. Não explicam que o trabalhador faz várias horas de trabalho não pago que representam a

mais-valia de que se apropria o patrão, etc., etc. Um exemplo recente destas distorções, a partir do 25 de Abril, é o modo como os jornais falam de «desenvolvimento económico nacional» — que é o desenvolvimento da economia capitalista — dizendo que este exige, da parte dos trabalhadores, renúncias, sacrifícios, adiamentos de reivindicações. Com efeito, os jornais não explicam que a orientação fundamental deste desenvolvimento, daquilo a que chamam a «economia nacional», é o lucro capitalista. Não explicam que as «limitações e exigências» da economia portuguesa são as «limitações e exigências» do poder da burguesia e da sua avidez de exploração, que são as «limitações e exigências» de uma produção que, longe de ser determinada pelas necessidades e interesses reais dos trabalhadores, é determinada pela necessidade (necessidade dos patrões) de produzir, além dos produtos do trabalho vivo, «rendimento capitalista».

A NECESSIDADE DE UMA CONTRA-INFORMAÇÃO

Deste modo, ressalta até à evidência a necessidade de uma contra-informação. Quer dizer: de uma informação na perspectiva da classe trabalhadora contra a informação capitalista. Esta informação proletária deverá caracterizar-se por ser uma expressão da consciência de classe das massas exploradas, por ser uma informação feita do ponto de vista da classe operária e dos seus aliados, que revele a verdadeira natureza da sociedade sobre a qual informa, que desmascare a ideologia oficial e a combata, que mostre ao povo a sua condição real e prepare, segundo a máxima de que a verdade é sempre revolucionária, pelas armas da crítica a crítica das armas.

Esta informação proletária diria hoje, por exemplo, que a economia portuguesa tem os seus donos e que são os interesses destes donos (os patrões) que se opõem aos interesses dos trabalhadores e às suas reivindicações. Diria que, aliás, não pode ser de outro modo: porque a base de

todo o poder da burguesia é, em última análise, económica e reside na exploração do trabalho vivo dos proletários, ou seja daqueles que possuem apenas a sua força de trabalho, pela matéria morta do capital; e porque, sendo assim, o capital e o trabalho são irreconciliáveis e apenas a luta de classe vitoriosa dos explorados contra os exploradores e o Estado burguês poderá assegurar aos trabalhadores a sua liberdade.

Para além deste papel de elucidação sobre as contradições da sociedade capitalista, uma informação proletária deverá ser ainda uma contra-informação falando daquilo de que ninguém fala. Deverá falar da vida quotidiana da classe operária e trabalhadora em geral, desvelando as relações de poder que por trás dela se ocultam. Para além, pois, do esclarecimento político, uma informação proletária deverá ainda ter órgãos que garantam o tratamento do tema «Como vivem os trabalhadores?»: Como trabalham nas fábricas? Como são imbecilizados pelas tarefas imbecis? Como passam, além das horas de trabalho, mais quatro horas diárias nos transportes públicos de Lisboa?

A denúncia de todas as situações de opressão, decorrentes da divisão capitalista do trabalho, dentro e fora dos locais de produção, bem como a elaboração de propostas revolucionárias para a sua transformação, será deste modo um dos papéis fundamentais de uma contra-informação proletária. Trata-se de uma tarefa cuja urgência não deve escapar-nos para além e para aquém da luta política directa. Será, com efeito, em grande parte neste domínio, pela denúncia e crítica do dia a dia, da rotina miserável em que os trabalhadores perdem todo o direito a uma vida autêntica para garantirem a sobrevivência, que os mesmos trabalhadores irão forjando, cada vez mais nitidamente, a consciência da necessidade e da vontade de «mudar de vida»; a consciência de que é a transformação da vida de todos os dias, a vida social e pessoal de cada um, o grande objectivo da revolução socialista; a consciência de que a revolução socialista é muito mais do

que uma mudança de governo que parará à entrada das suas casas ou dos seus locais de trabalho; a consciência de que a revolução socialista é a conquista da vida e a sua substituição à miserável sobrevivência individual de cada um de nós.

Neste sentido, uma informação proletária deveria ter órgãos para além dos seus quadros redactoriais permanentes à constante disposição de qualquer trabalhador, não podendo ser uma estreita informação partidária mesmo que do melhor dos partidos.

E deveria também ser acompanhada de uma acção dinamizadora que fizesse com que ela não fosse apenas uma informação lida e consumida individualmente, em estado passivo, como acontece aos jornais vulgares, mas uma informação discutida, comentada, completada de viva voz, regularmente, no trabalho, no «quartirão», por toda a parte. Assim, uma greve numa fábrica seria levada a todas as fábricas da cidade, seriam discutidas as formas de solidariedade, a articulação dos seus objectivos imediatos com a situação política do País, os problemas da sua orientação, o balanço das suas «descobertas» e dos seus «erros», e assim sucessivamente.

Evidentemente, estes objectivos exigem um trabalho talvez prolongado e extremamente difícil, por força da falta de meios materiais e de apoios imediatos — mas estas dificuldades mais não fazem do que acentuar a sua urgência e importância. Por outro lado, o modo de funcionamento concreto de uma tal rede de informação revolucionária terá de ser discutido, criado, mediante um amplo trabalho de discussão e um processo de experiências e tentativas repetidas. Abrir esta discussão e conjugá-la desde já com uma prática é o objectivo destas linhas, sendo ainda necessário recordar que o desenvolvimento da luta por esta informação proletária deve ser acompanhado pela luta dos trabalhadores das diversas empresas burguesas de informação no seu interior — luta que «Revolução» abordou já no seu n.º 2 e que espera voltar em breve a abordar.

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

«É com imenso prazer que vos escrevo esta carta. Venho através dela exprimir o meu desejo e a minha admiração. DESEJO porque é meu desejo ser assinante desse verdadeiro defensor dos interesses proletários e, extraordinário jornal que é o «REVOLUÇÃO». Após ter lido com interesse o primeiro número por vós editado, cheguei à conclusão de que vale a pena ter a honra de poder dizer «sou OPERÁRIO» mas, também acho que é meu dever e meu desejo também colaborar convosco naquilo que me for possível seja em que circunstâncias forem. Porque vejo que lútais tal como eu quero lutar por uma causa digna e justa como é a do «PROLETARIADO DO NOSSO PAÍS»!

Admiração — é aquilo que sinto por todos vós embora sem os conhecer pessoalmente, pelas obras justas e reveladoras duma luta sem dúvidas, pela classe de todos aqueles, que como

operários que são, tal como eu, são além de tudo, a grande maioria colorada pelos «CAPITALISTAS E BURGUESES NOJENTOS», por isso admiro a luta que tendes travado a favor do Proletariado desde o tempo dos fascistas e também admiração por vos terdes exposto a vários e terríveis perigos, para assim defenderdes a nossa nobre e justa causa. Causa essa que estou plenamente disposto a defender ao vosso lado corra eu os riscos e perigos que correr, pois quero ver e tenho fê que verei, «oxalá Deus me ajude a mim e a todos vós» esmagado para sempre todo o poder dos «CAPITALISTAS E BURGUESES NOJENTOS»!

Sou um jovem de quase 20 anos. A minha profissão é Tipógrafo embora presentemente não exerça essas funções.

Podereis achar estranho o nome que eu dou aos miseráveis capitalistas

e burgueses os quais sublinho com o nome de nojentos, mas se o faço tenho verdadeiras razões para isso.»

CAMARADAS,

Em sequência do contacto anterior volto hoje à vossa presença para anunciar que acabo de tomar convientemente a decisão inabalável de aderir ao Partido Revolucionário do Proletariado.

Poderão os Camaradas contar com o meu incondicional apoio em todos os campos, estando eu absolutamente decidido a colaborar em toda a espécie de lutas contra o fascismo, o capitalismo, o colonialismo e contra os traidores revisionistas do P. C. P.

Devo acrescentar que nos últimos 15 anos prestei o meu apoio ao P. C. P. tendo tido parte activa na luta contra o tenebroso fascismo que agora caiu. Lutei em Portugal e no Estrangeiro,

passei pelo exílio e pelas cadeias da PIDE, tendo-me mantido sempre em actividade mais ou menos constante. Agora sinto-me ludibriado ao verificar que o Povo português foi canalhamente traído pelo P. C. P. e pelo oportunista Cunhal. Não posso colaborar mais com um partido que se divorciou do Povo para se aliar ao capital e que está fazendo deliberadamente o jogo deste, boicotando por todas as formas as lutas justas do Povo.

Até à Vitória final, desejo continuar na luta. Poderemos criar em (...) um núcleo válido e actuante. Temos uma massa operária disposto a lutar pelas suas justíssimas reivindicações e que neste momento está a ser travada pelos revisionistas e traidores do P. C. P.»

escreve-nos

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Gil Vicente, lote A, r/c. — PAREDE
 Telefone: 2475051 das 18 às 20 horas
 Impressão e Composição:
 Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.º — Lisboa
 Distribuição:
 Distribuidora "O Século"
 Rua de "O Século", 41 a 63 — Lisboa

Despedimentos massivos de trabalhadores africanos imigrados em Portugal

Em Portugal está-se a passar um fenómeno idêntico ao que se passou em França com os trabalhadores argelinos, aquando da nacionalização do petróleo argelino — que até aí estava nas mãos dos franceses. Então, a reacção dos meios reaccionários e racistas franceses diziam: «Os argelinos tiram-nos o petróleo, os argelinos fora da França». Em Portugal são os trabalhadores africanos — oriundos das colónias portuguesas — vítimas dos meios reaccionários e racistas portugueses onde se tem verificado, essencialmente no despedimento massivo de trabalhadores africanos: «Vocês querem a Independência, então vão para a vossa terra pois aqui já não têm mais trabalho».

O relatório que abaixo publicamos sobre os despedimentos verificados em determinadas empresas foi elaborado por elementos da Casa dos Estudantes das Colónias. É dever de todos os revolucionários o combate sem tréguas e o desmascaramento de tal fenómeno que só serve o capital e provoca conflitos entre os trabalhadores portugueses e africanos.

SACOR — CABO RUIVO

13 despedimentos já feitos; mais de 50 ameaças de despeimentos a efectuar; trabalhadores não sindicalizados.

IMPEC — AV. DA REPÚBLICA
ameaças de despedimentos a efectuar; trabalhadores não sindicalizados.

IMPEC — CAMPOLIDE

4 trabalhadores despedidos em 14-6-74 (trabalhadores africanos); ameaça de despedimento de mais 6.

FÁBRICA PLASTINA

Despedidos 4 caboverdeanos; ameaça sobre mais 11; ameaça a um português que os apoiou.

AMADEU GAUDÊNCIO LDA SOC. CONSTRUÇÕES

Vários despedimentos em diversos locais.

JOSÉ GOUVEIA LDA. CONSTRUÇÃO CIVIL — R. SARAIVA CARVALHO

Ameaça de despedimento sem número certo a 22-6-74.

SOPECATE

Despedimento de pessoal recentemente contratado.

GUILHERME NUNES COELHO

— MOSCAVIDE — SANTARÉM

9 a 10 despedimentos em cerca de 20 trabalhadores caboverdeanos na firma.

EDIFICADORA LUZ ALVES

— CABO RUIVO

5 caboverdeanos despedidos em 14-6-74; ameaças de despedimento sobre cerca de 20 trabalhadores; 98 a menos de 1 mês de trabalho na firma; obra ainda a concluir.

J. PIMENTA — PORTO SAVE

20 a 30 despedimentos em Maio.

P. PIMENTA — BELÉM

11 despedimentos em Maio; havia 17 caboverdeanos; 47 dias de trabalho.

J. PIMENTA — S. JOÃO

6 despedimentos; cerca de 1 ano de serviço.

SOMAGUESARL — QUINTA DO LAGO — LOULÉ

500 a 800 despedimentos; 15 dias a três anos de trabalho.

MIRATEJO — PRÓCONSTROI

20 trabalhadores despedidos.

SANTOS PAIXÃO — PAÇO D'ARCOS

3 trabalhadores despedidos que tinham 10 meses a 3 anos de serviço.

VIRGÍLIO PRETO — ENCARNAÇÃO

8 trabalhadores despedidos há 5 dias.

MANUEL AUGUSTO ATALAIA

— R. SANTANA À LAPA

5 despedimentos — 15/6/74; 3 sema-

nas a mais de dois meses de trabalho.

OBRA SANTA CLARA — CACÉM
3 trabalhadores despedidos em Junho; 6 meses de trabalho.

JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS — QUINTA DA FRANCESCA — SACAÇÃO

14 caboverdeanos despedidos há 15 dias; 3 meses a 1 ano de serviço.

SETENAVE

Cerca de 20 trabalhadores caboverdeanos despedidos, alguns com 1 ano, 6 meses de trabalho; despedidos os mais antigos na empresa.

AUTÓDROMO DO ESTORIL

Ameaça de despedimentos até 22 de Junho de todos os trabalhadores africanos da empresa.

HOSPITAL DE S. JOSÉ

Mais de 20 serventes com dois meses a mais de um ano de serviço.

CUF — BARREIRO

Contrato de 1 mês (após o aumento p/ 6000\$00) findo o qual há ameaça de despedimento; já houve alguns despedimentos prevendo-se outros para 29 de Junho.

NICORREL — ALGÉS DE CIMA

6 trabalhadores despedidos; 2 meses a 3 meses de serviço.

FIRMA VIRGÍLIO PRETO — RUA RODRIGO DA FONSECA

8 despedimentos; 8 a 20 dias de trabalho.

J. PIMENTA — REBOLEIRA

Ameaça de despedimento de 150 trabalhadores africanos.

HABITAT — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SARL — AL-

Que não se deve fazer greve, que a greve só serve os interesses da reacção, que não se pode pôr em perigo as liberdades democráticas conseguidas, etc., etc., etc., eis todo um chorrilho de frases que por todos os meios de comunicação nos chegam diariamente aos olhos e aos ouvidos. É a J. S. N., o Governo Provisório e os Partidos Reformistas que cantam em uníssono a canção do capital.

E ao falarmos em capital não estamos a ser vítimas de qualquer tipo de subjectivismo: é a clara manifestação das massas trabalhadoras, é o próprio proletariado que se pronuncia a cada dia e em cada local.

Deste modo isolados, os reformistas gritam slogans demagógicos e procuram justificar o injustificável. Numa manifestação clara do paternalismo com que olham o proletariado atrevem-se a argumentar com a falta de

GÊS — MIRA FLORES

11 trabalhadores despedidos sendo 10 caboverdeanos no dia 15 de

Junho; ameaça de despedimento de trabalhadores caboverdeanos na próxima quinzena.

OBRA ESPANHOL — ALGÉS MIRA FLORES — lote 40

Ameaça de despedimento de trabalhadores africanos.

MINA DA BORRALHA

Despedidos 400 trabalhadores africanos.

(continua na pág. 6)

PLATAFORMA dos Comitês pela Independência Imediata e Incondicional das Colónias

«Os Comitês pela Independência Imediata e Incondicional das Colónias (CIC) são comitês de base, constituídos por militantes decididos a travar um luta anticolonial consequente na seguinte plataforma:

1 — Lutar pela independência imediata e incondicional das colónias, em solidariedade total com os Movimentos de Libertação — PAIGC, MPLA, FRELIMO e MLSTP.

2 — Lutar decididamente contra todas as manobras de sentido neocolonialista, tais como «autodeterminação», referendo, federação.

3 — Lutar pela destruição de todas as formas de racismo e chauvinismo, presentes em largos sectores das massas trabalhadoras, e que são instrumentos da ideologia burguesa para as dominar e dividir.

4 — Travar a luta anticolonialista como parte integrante da luta pela revolução socialista em Portugal, conscientes da identidade de interesses entre a luta dos povos das colónias e a luta dos trabalhadores portugueses.

Cada CIC, como organização de base, deve tomar iniciativas próprias que apenas se subordinam ao respeito dos quatro pontos da plataforma e das acções comuns colectivamente decididas. Cada CIC deverá assinar a sua propaganda própria.

Os CICs não são emanção desta ou daquela organização, deste ou daquele partido. São comitês de base totalmente independentes, embora seja linha dos CICs a luta pela unidade de acção de todas as organizações com uma posição anticolonial consequente.

A coordenação e as tarefas centrais deverão ser asseguradas por uma comissão de representantes dos comitês de base.

Apela-se para a constituição de CICs nos locais de trabalho, quartéis, bairros, escolas, vilas, aldeias, etc..»

A GREVE DOS CTT

preparação do mesmo! Alarmados por não se verem respeitados e obedecidos, manobram no sentido de dividirem a classe, procuram desarmá-la com a pretensa representatividade duma Intersindical que a cada passo se desmascara como nada tendo a ver com os interesses profundos das classes trabalhadoras.

O movimento dos trabalhadores dos CTT é uma boa resposta a todas essas questões:

— sobre a capacidade e grau de responsabilidade dos trabalhadores citamos: «depois de tentarmos tudo cabe, pois, ao Conselho de Gerência e aos Departamentos governamentais com os quais tem trabalhado em ligação íntima a responsabilidade desta greve, greve que não desejávamos ter de fazer, mas que sentimos conscientemente ser o nosso último recurso para que a solução de tão grave problema se não protelasse.» (Comunicado à População — 17 Junho).

— Acerca do que é a greve em termos de classe, falamos dois membros, Louro e Gonçalves, da Comissão Pró-Sindicato:

«No que diz respeito a telefonistas, temos neste momento a adesão da grande maioria. Já assim não acontece com os técnicos de telecomunicações, embora aí haja adesões; quanto aos guarda-fios temos também a adesão de muitos. De engenheiros, duvidamos que aí haja adesões.»

Outra das acusações que recaem sobre os trabalhadores em greve: o oportunismo. Citamos:

«E sempre, apesar do silêncio a que pretenderam reduzir-nos por um regime fascista, nós travamos ao longo

dos anos algumas lutas pela melhoria das nossas condições de vida... NINGUÉM NOS PODE ACUSAR, PORTANTO, DE SÓ AGORA ESTARMOS DISPOSTOS A CONSEGUIR A NOSSA DIGNIDADE, POIS A GREVE FOI USADA POR NÓS MESMO QUANDO OS DIREITOS NOS ERAM RECUSADOS.» (Comunic. à População — 17 Junho).

A greve, dizem em coro reformistas e reaccionários, é fruto do individualismo que grassa em certos meios operários. A palavra aos trabalhadores: «Verificando-se que muitos trabalhadores apresentam directamente ao Delegado da Junta de Salvação Nacional os seus problemas PESSOAIS, muitas vezes tão pouco significativos, perante tantos outros que realmente afectam a massa trabalhadora dos CTT...»

E ainda:

«Estamos em greve com o objectivo de conseguir melhoria de vida dos trabalhadores dos CTT, melhoria dos serviços; e, directamente, a greve É EM SEU BENEFÍCIO, SENHOR UTENTE.» (Apelo aos utentes).

Têm por outro lado, sido evidentes os esforços das «autoridades» em colocar o proletariado a reboque da Intersindical, uma Intersindical vinda não se sabe bem de onde nem como, uma cúpula de dirigentes que a J. S. N. e o P. C. pretendem ser a legítima entidade de representação desse mesmo proletariado. Esbarram os reformistas e reaccionários com a determinação e clarividência dos trabalhadores:

«Da Intersindical veio-nos aqui um dia um elemento do Secretariado

(continua na pág. 6)



A greve dos correios acabou. Com algumas vitórias e com algumas derrotas. Enquanto durou foi um exemplo de resistência. Resistência ao sistema capitalista e resistência ao reformismo, organizadamente agressivo, caluniador e divisionista.

LUTA DOS TRABALHADORES

A Citroen de Mangualde foi fechada mas os operários tomaram conta da fábrica

A CITROEN LUSITÂNIA, instalada em Mangualde, não aceitou as reivindicações dos seus 300 operários e decidiu, arbitrariamente, fechar a fábrica. Os operários continuam o trabalho e estão a administrar a empresa. Com um stock de material para apenas um mês, os trabalhadores viram-se agora perante outra dificuldade: a Citroen suspendeu a remessa de materiais vindos de França. Colocaram o problema ao Ministério do Trabalho, e aguardam. O seu trabalho e o seu pão estão agora nas mãos do Ministro do Trabalho. No cofre da Citroen em Mangualde há 150 escudos. Os administradores recusam-se a passar cheques. E os trabalhadores portugueses ficam à mercê da exigência do capitalismo francês. Qual será a posição do Ministério do Trabalho?

A reivindicação mais urgente dos trabalhadores é a suspensão do administrador TEIXEIRA de ABREU, que acusa de faltas graves, e de responsável pela maior parte das irregularidades cometidas naquela empresa. «Era um pequeno Salazar — dizem os trabalhadores — foi legionário e sabe-se que tinha ligações directas com elementos fascistas.» Ele próprio dizia «dentro dos portões quem manda sou eu».

A Citroen de Mangualde é a única empresa de montagem do nosso país que sempre recusou expressões como «Contracto Colectivo de Trabalho». Na Citroen de Mangualde 200 operários ganham uma média de 2700 escudos por mês, 50 operários ganham 4400 escudos e 5 representantes da administração ganham 26 contos ou mais. O sr. Teixeira de Abreu é um destes cinco. Mas como Delegado Administrador ganha mais 48 contos, tem direito a automóvel e 12 contos de ajudas, além de outras facilidades».

O CADERNO DAS REIVINDICAÇÕES

No dia 7 foi entregue o caderno de reivindicações, das quais a mais urgente era a suspensão imediata do Administrador-Delegado Francisco António Teixeira de Abreu. Devia abrir-se um inquérito sobre as actividades deste indivíduo.

Outra reivindicação importante para os trabalhadores: demissão do Presidente do Conselho de Administração, António de Medeiros e Almeida, grande simpatizante do regime fascista e que nessa qualidade permitiu a exploração e a repressão aos trabalhadores.

Pedido o salário mínimo de 6 mil escudos e a revisão dos processos de despedimento de alguns operários. Pedido o congelamento de salários superiores a 10 mil escudos. Exigência de um horário de 40 horas semanais distribuídas por 5 dias para a fabricação, e 35 horas semanais distribuídas

para a Administração. Pagamento do 14.º mês, por altura da Páscoa. Um mês de férias para os trabalhadores com mais de seis meses de trabalho, e 15 dias para os que apenas tivessem três meses.

Eram ainda feitas reivindicações de outro tipo como criação de um posto médico, um núcleo de assistência social e uma cantina administrada democraticamente pelos trabalhadores.

AS CONVERSÇÕES

No dia 11, a administração e os trabalhadores, acompanhados dos respectivos advogados, iniciaram as conversações. Mas elas dependiam da resolução imediata de um ponto prévio: a suspensão do administrador Francisco António Mendonça Teixeira de Abreu. Combinou-se que o inquérito sobre as actividades do administrador deveria estar concluído no dia 24.

(continua pág. 6)

Lista das empresas portuguesas que deixaram de fornecer materiais para a fábrica Citrën de Mangualde, sabotando a luta dos operários:

PAPINTER (estofos, artigos eléctricos, etc.)

EMIPLA (espumas), FAPA (acessórios), VENÂNCIO (acessórios), AUTOZIL (baterias), COVINA (vidros), VALENTINE (tintas).

Assim se torna claro quando muita gente fala em interesses nacionais, que fazem lei os interesses de classe. As empresas capitalistas são solidárias entre si, independentemente da nacionalidade dos respectivos accionistas e administradores.

Ao internacionalismo burguês, opunhamos o internacionalismo proletário. Ao imperialismo opunhamos a luta pela Revolução Socialista.

O «SINDICATO» DOS MÉDICOS

A «classe» médica foi sempre no nosso País uma «classe» privilegiada. Foi também, julgamos poder afirmá-lo, uma classe antifascista. Mas o antifascismo da «classe» médica foi um antifascismo de defesa dos seus privilégios, por vezes ameaçados pelas medidas demagógicas e pseudo-sociais do regime fascista.

Os médicos serão anti-socialistas tal como foram antifascistas.

Quando nos referimos aos médicos referimo-nos de uma forma geral, à «classe» médica no seu conjunto, à maioria dos médicos. Sabemos que a «classe» médica é heterogênea, que há diferenças entre os médicos da província e os médicos da cidade, entre os médicos jovens recém-formados e os médicos já «estabelecidos na vida».

Também sabemos que havia uma «vanguarda» médica com ideias socialistas, solidária com os interesses das classes trabalhadoras, contrária à continuação dos privilégios de que tem gozado a «classe médica». Esta «vanguarda» dirigiu algumas importantes lutas dos médicos e outros trabalhadores da saúde contra a má qualidade da medicina organizada, contra a burocratização da medicina, contra as estruturas fascistas das organizações da saúde. Esta «vanguarda» médica era muito heterogênea quer sob o ponto de vista político quer sob o ponto de vista «moral». Nela havia médicos de tendências políticas mais radicais e com posições de defesa dos interesses da população trabalhadora e outros médicos de tendências conservadoras e mesmo reaccionárias

com posições de defesa dos interesses da «classe» dos médicos. Sob o ponto de vista «moral», revelaram-se nos últimos anos do fascismo muitas atitudes oportunistas e cobardes da parte de médicos que se diziam muito progressistas e radicais.

Depois da queda do fascismo em 25 de Abril, muitos destes médicos que no tempo do fascismo se revelaram oportunistas e cobardes, sentem o terreno propício para darem largas ao seu oportunismo e às suas ambições de poder. Assim, assiste-se hoje no meio médico ao espectáculo degradante da parte de muitos médicos ditos «progressistas» que, à sombra de partidos políticos instalados no poder, se preparam avidamente para a conquista do «seu poder» no «sindicato» dos médicos. Isto insere-se na linha política dos partidos instalados no poder que disputam entre si o domínio das organizações sindicais e profissionais, das autarquias locais, etc., e que nelas procuram instalar em lugares de chefia os seus pequenos agentes políticos. É o assalto de um ou dois partidos políticos às direcções sindicais e profissionais e às autarquias locais, aos meios de comunicação, etc. Este assalto não se faz na base de programas de acção de conteúdo progressista, mas sim na base de pessoas da confiança dos ditos partidos. No caso particular dos médicos, esse assalto está a ser preparado não na base de um programa de acção mais progressista e avançado do que o da actual direcção, mas sim na base de manobras e pequenas calúnias contra os actuais

dirigentes livremente eleitos e na base de alianças com elementos fascistas. Este assalto em preparação à chefia do futuro «sindicato» dos médicos insere-se na linha política oportunista dos partidos ditos de esquerda e que fazem parte do governo provisório e cuja actuação se centra na luta contra a esquerda revolucionária e contra o movimento e organização autónoma das classes trabalhadoras em defesa dos seus interesses e numa perspectiva socialista.

No caso concreto do «sindicato» dos médicos isto não tem importância porque qualquer programa governamental de conteúdo socialista se chocará inevitavelmente com os interesses de «classe» dos médicos.

Uma revolução socialista terá inevitavelmente que acabar com os privilégios de que gozam certas profissões e «classes» técnicas que, a coberto

da sua tecnicidade, procurarão continuar a usufruir dos privilégios de que gozam na sociedade capitalista.

A verdade é revolucionária e esconder a verdade com o pretexto da táctica política é enganar os trabalhadores e é contra-revolucionário.

Há tácticas que servem a revolução e há tácticas que servem a contra-revolução. Uma táctica eleitoralista conduzida no sentido de captar a confiança da burguesia (como faz, por exemplo, o Partido Comunista Francês) é uma táctica desonesta que não só não alcança os seus fins como, sobretudo, engana as classes trabalhadoras e desarma-as sob o ponto de vista ideológico.

Tácticas políticas aparentemente concebidas para enganarem a burguesia acabam por enganar os trabalhadores e desarmá-los. Somos e seremos contra tais tácticas e denunciá-las-emos sempre.

A luta dos trabalhadores da multinacional Ciba-Geigy

Os trabalhadores da zona sul da Ciba-Geigy paralisaram o trabalho durante 23 dias (15 de Maio a 7 de Junho). Esta paralisação seguiu-se a todo um processo iniciado logo nos primeiros dias de Maio e que foi consequência de toda uma situação interna, já anterior ao 25 de Abril, por não cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho para com os delegados de propaganda médica.

No dia 14 de Maio foi apresentado à Direcção da Companhia um caderno reivindicativo do qual se salienta:

- reconhecimento do Comité de Trabalhadores
- direito de reunião dentro da empresa
- vencimento mínimo de 6000\$00
- ordenados iguais para funções iguais
- férias pagas de 30 dias para todos os trabalhadores
- 15.º mês
- passagem imediata de todos os trabalhadores à categoria de efectivos
- legalização das categorias profissionais e consequentes indemnizações
- abolição do controlo secreto de entradas
- admissões e promoções feitas com conhecimento, participação e acordo do Comité de Trabalhadores
- acesso da mulher à posição de chefia
- actualização imediata dos vencimentos a partir do escalão de 5000\$00
- actualização das pensões de reforma.

A este caderno reivindicativo aderem duas secções da zona norte (Porto).

No dia seguinte, realiza-se um plenário de todos os trabalhadores de Lisboa, ao qual assiste o Comité de Direcção da Empresa que responde verbalmente ao caderno reivindicativo

de forma incompleta.

Perante esta situação, os trabalhadores decidem paralisar parcialmente o trabalho com ocupação. São formados piquetes que ocupam permanentemente a empresa durante 23 dias.

Entretanto, a gerência apresenta uma contraproposta que é rejeitada.

Os trabalhadores elegem um Grupo de Administração Provisório que decide o pagamento integral dos ordenados e efectua esse pagamento, opondo-se à proposta da Direcção que pretendia apenas pagar 50% devido à paralisação parcial do trabalho.

Nesse momento a Direcção suspende os dois elementos do Grupo de Administração Provisório que tinham assinado a ordem de pagamento dos ordenados.

A 7 de Junho é comunicado o resultado do acordo entre a Direcção e o Comité dos Trabalhadores e este decide o regresso ao trabalho.

Deste acordo resultou:

- reintegração de plenos direitos dos dois trabalhadores suspensos
- reconhecimento do Comité dos Trabalhadores com funções consultivas obrigatórias para os assuntos que envolvam
 - 1) relações sociais entre os trabalhadores
 - 2) disciplina do pessoal no trabalho
 - 3) análise de funções e promoções
 - 4) sanções e prémios a aplicar
 - 5) admissões e despedimentos
- direito de reunião de todos os trabalhadores dentro da empresa
- salário mínimo de 4000\$00
- afixação do quadro de classificação profissional e reajustamento dos salários correspondentes
- será estabelecido num prazo de um mês um regulamento de férias pagas a entrar em vigor no presente ano

TRABALHADORES EM LUTA

— 15.º mês até ao salário de 16 000\$00

— todos os colaboradores passam imediatamente à categoria de efectivos

— legalização das categorias profissionais

— abolição de controlo secreto na empresa

— acesso dos melhores aos cargos de chefia

— aumento de 20% a partir de 1 de Janeiro de 1974 aos reformados.

A persistência e a força com que os trabalhadores da Ciba-Geigy lutaram ocupando durante um período de tempo tão longo a empresa é mais um exemplo da capacidade de gestão das próprias classes trabalhadoras.

Na Sociedade de Madeiras Aglomeradas, em Oliveira do Hospital, os trabalhadores iniciam a luta por melhores salários

A região de Oliveira do Hospital vive da indústria da madeira, e os trabalhadores encontram a exploração diária através do capital individual ou das sociedades anónimas. Mas disseram-nos que no fundo os capitais são os mesmos, mais ou menos camuflados.

A Sociedade de Madeiras Aglomeradas é o maior exemplo dessa exploração. Por isso não nos admira que tenha sido ali que começou a desencadear-se uma luta reivindicativa que se pode alargar dentro da própria empresa e estender-se a outras da região.

Nos primeiros dias de Junho os operários começaram a exigir explicações à Administração sobre os baixos salários da maior parte deles. A maioria ganha abaixo do que hoje está estipulado como salário mínimo. Os salários médios são de 85 a 90 escudos por dia. Mas existe uma nova prática para os capitalistas da Sociedade de Madeiras Aglomeradas melhor explorarem «legalmente» os trabalhadores: a sua qualificação na folha de pagamentos é de «serventes».

«Mesmo trabalhando numa máquina, somos sempre serventes, o que representa um baixo salário — contou-nos um trabalhador, que acrescentou: «alguns de nós estão aqui há 6 e 7 anos e não se registou nenhum aumento. Só pedimos o que é da lei, mesmo achando que a lei nos dá um baixo salário».

O trabalho da Sociedade de Madeiras Aglomeradas é contínuo: aí trabalham três turnos. Todos os trabalhadores aceitaram fazer reivindica-

ções salariais, mas só um turno se propôs entrar em greve. Depois resolveram continuar as reivindicações nomeando delegados dos vários sectores de trabalho, e esperam que no fim do mês a Administração aumente o salário diário, além de outras melhorias nas condições de trabalho.

«Aqui somos pouco politizados — disse-nos um outro trabalhador — é uma região de camponeses, de gente que precisa de trabalhar para não morrer de fome, e sobretudo de gente que tem medo, porque aqueles que são os donos do dinheiro são gente muito importante».

Ninguém sabe exactamente quem são os capitalistas da empresa, mas toda a gente fala em nomes como Manuel Largo, General Santos Costa e outros como Galvão Melo, de Mangualde. O que os trabalhadores já sabem é que recentemente foram dadas pequenas cotas a alguns empregados da empresa, para melhor poderem representar os capitalistas na exploração. Alguns desses novos e quase simbólicos accionistas são também encarregados e agora NOMEADOS delegados dos trabalhadores.

Mas a experiência de outras lutas do norte a sul do país já mostrou a estes trabalhadores de Oliveira do Hospital que também eles devem eleger comissões de trabalhadores, porque só eles podem dignamente zelar os seus interesses.

«Esperamos até ao fim do mês, depois se verá. Mas estamos dispostos a andar para a frente...», declarou-nos um dos trabalhadores da Sociedade de Madeiras Aglomeradas.

Instrutores de condução de automóveis

No dia 19 manifestaram-se algumas centenas de trabalhadores deste sector em frente do Ministério do Trabalho e, estavam presentes trabalhadores de Lisboa, Porto, Évora e de outras cidades.

Os trabalhadores entraram em greve às 13 horas do dia 18 e as principais reivindicações são: 1 mês de férias pagas a 100% e um salário mínimo de 6500 escudos mensais e, dizem-nos: «Se os patrões não nos podem pagar tal salário, então que nos vendam os automóveis e o alvará (licença concedida pela Direcção-Geral de Viação e que custa mil e tal escudos) e desta forma resolveremos os nossos problemas.»

Os instrutores denunciavam também o concluído entre os patrões, Direcção-Geral de Viação e examinadores e informam-nos: «Quem é que melhor do que nós pode fazer um juízo sobre o candidato a exame? Por

vezes há alunos que estão aptos a conduzir, mas são reprovados no exame e, outros que poderão ser um perigo nas estradas, passam. Nós, os instrutores, é que contactamos 10, 20, 30 horas com os alunos, mas são os examinadores que durante uns escassos 20 minutos de exame têm a palavra sobre a aprovação ou reprovação do aluno. Passam-se as maiores vigarices e isto é um negócio chorudo para os patrões.»

Num comunicado distribuído pelo Sindicato Nacional do Distrito de Lisboa distribuiu um comunicado onde se afirma: «As negociações salariais arrastam-se desde Março, os monopolistas, donos das Escolas de Condução que representam o Grémio dos Industriais de Ensino de Condução Automóvel, homens que dão o dito por não dito, tiveram a coragem de com o exagerado aumento de tabelas das tarifas tais como — lições de con-

dução, contratos, carros para exame, etc. — lucro esse que cada instrutor mete nos cofres dos monopolistas, donos das Escolas de Condução, daria por cada carro de instrução dando por

mês uma média baixa de 160 lições e 5 exames, 50% de aumento sobre as tabelas anteriores, corresponde ao lucro, além do que já tinham, de 6260\$00/mês. Os senhores monopolistas tiveram a coragem ao fim de quatro meses de negociações, no dia 11

do corrente mês dentro do Ministério do Trabalho, darem uma contraproposta de 500\$00 mensais, salário unificado a nível Nacional, uma, duas ou três semanas de férias, conforme os anos que tiverem de serviço.»

E a terminar:

ABAIXO O PODER MONOPOLISTA!!!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!!!

ABAIXO OS PATRÕES REACIONÁRIOS!!!

INSTRUTORES UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS!!!

“A indústria hoteleira é um covil de fascistas”

O título em epigrafe foi-nos proposto pelos trabalhadores da indústria hoteleira (que engloba os hotéis, pensões, restaurantes, pastelarias, etc.) quando se manifestaram no dia 19 em frente do Ministério do Trabalho.

Eram umas centenas de trabalhadores (no país são cerca de 50 mil) que se manifestaram e explicam-nos que «a manifestação foi marcada à última da hora pelo Sindicato da Indústria Hoteleira, o que impossibilitou uma mobilização de toda a classe. Nós estamos aqui para exigirmos que sejam satisfeitas as nossas reivindicações que, entre outras, são: 1 mês de férias pagas a 100%; 13.º mês; exigimos também que os patrões nos cedam salas para reuniões; que um empregado não seja demitido

sem a Comissão dos Trabalhadores comunicar o assunto ao Sindicato de modo que este possa estudar a situação e as razões porque o empregado é despedido; exigimos um salário mínimo de 5 mil escudos mensais.»

— Mas qual a razão que vos trouxe ao Ministério do Trabalho?

«Ontem fizemos uma reunião e decidimos que o nosso Sindicato e o Grémio deviam discutir os nossos problemas com pessoas do Ministério. Também foi decidido que, se o Grémio não der uma resposta positiva às nossas reivindicações, então entraremos em greve do zelo. Avisámos o Grémio das nossas decisões e eles comprometeram-se a estar presentes, mas à hora marcada só cá estavam alguns elementos. Entretanto, soube-

mos que alguns estavam reunidos no Hotel Roma.»

— O que entendem por greve do zelo?

«Quer dizer que continuaremos nos locais de trabalho, mas só servimos aos clientes um copo de água ao mesmo tempo que lhes explicaremos as razões da nossa greve.»

— Quando souberam que alguns elementos do Grémio estavam reunidos no Hotel Roma, o que é que vocês fizeram?

«Fomos lá buscá-los. Acontece que o barrigudo do coronel do Hotel Roma queria vir de automóvel, mas fizemo-lo vir a pé e à nossa frente.»

— Qual é a posição do Sindicato perante a greve?

«O nosso sindicato foi criado há relativamente pouco tempo e é ele que nos apoia. Foi o próprio Sindicato que nos aconselhou a greve pois, de outra forma, não conseguimos obter o que reivindicamos.»

Apelamos para todos os trabalhadores da indústria hoteleira para se unirem, pois só unidos é que conseguiremos vencer, só assim conseguiremos acabar com salários de miséria pois, há colegas que ganham 1 conto e tal e deste dinheiro ainda têm de descontar para o Sindicato, para a Caixa de Previdência, etc.»

Enquanto esperavam os resultados das conversações, os trabalhadores iam gritando: «Bandidos, comilões, gatunos, pançudos» e mais forte gritavam ainda: «A vitória será nossa».

ACERCA DA SUSPENSÃO DA GREVE DOS CTT

satisfez a grande maioria dos trabalhadores;

— que esta greve foi anunciada com a antecedência necessária para que o Governo a pudesse evitar apresentando outra contra-proposta como base de discussão;

— que apenas às 19,30 horas do terceiro dia de greve apareceu com a referida contra-proposta nos termos já citados, que não parecem exprimir vontade de terminar com a greve;

— que não tendo previamente anunciado hora para terminar a sessão a encerrou irremissivelmente, colocando a Comissão

Pró-Sindicato perante um facto consumado, mostrando mais uma vez que não estava interessado em terminar com a greve; — ligado a isto, a situação se deteriorava pois, paralelamente, organizações como o P. C. P. e outras a ele afecto, como a CDE, bem como um grémio de comerciantes, no caso de Viseu, utilizando as mais diversas manobras e lançando uma caluniosa campanha contra a nossa luta, tanto através das suas organizações como nos órgãos de informação, têm movido diversos sectores da população contra

nós, entre os quais outros trabalhadores, chegando mesmo à organização em muitos pontos do País de manifestações insultuosas e violentas contra as instalações e contra os trabalhadores dos CTT e provocando, assim, uma situação de divisão entre trabalhadores que só aos sectores reaccionários podem aproveitar;

- 1.º — que se retire totalmente, neste momento, o nosso caderno de reivindicações;
- 2.º — que, em consequência, se interrompa a greve.

(continuação da pág. 1)

Suspensa, neste momento, a greve, pelas razões alegadas a Comissão Pró-Sindicato declara que os trabalhadores dos CTT continuam firmemente dispostos a prosseguir na luta pelos seus justos direitos, pelas suas necessidades prementes, através dos meios que julgarem mais apropriados.

PROSSIGAMOS A LUTA EM TORNO DOS NOSSOS OBJECTIVOS, SEGUNDO AS FORMAS DE ACÇÃO QUE VIERMOS A DEFINIR COMO MELHORES. FIRMES NA NOSSA UNIDADE,

A LUTA CONTINUA!

Lisboa, 20 de Junho de 1974.

A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO

É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Despedimentos massivos de trabalhadores africanos

PANASQUEIRA

Despedidos trabalhadores africanos (não se sabe ainda precisar números).

GÁSLIMP

Ameaça de despedimentos.

PORTIMÃO

Ameaça de despedimento de 800 trabalhadores africanos.

MARTINS E GUEDES — LUMIAR

Ameaça de despedimento de trabalhadores africanos com menos de 2 anos de trabalho.

SACOR

5 trabalhadores africanos despedidos.

SATREL

150 trabalhadores africanos despedidos (fecharam-lhes a água e a luz e depois as casas).

SPOC

43 trabalhadores africanos despedidos na sexta-feira dia 14 de Junho de 1974.

Alguns dos argumentos utilizados pelo patronato ou seus agentes directos quando efetuam o despedimento:

— «Vocês querem a Independência, então vão para a vossa terra pois aqui já não têm mais trabalho»;

— Exigência do exame da 2.ª classe ou quarta classe para admitir trabalhadores africanos; exigência de exame profissional; Aconteceu o despedimento de trabalhadores africanos que auferiam do salário de 3300\$00 tendo sido admitida mão-de-obra mais cara em sua substituição.

ICESA — Indústria de construção e empreendimentos SARL — SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS (Também houve despedimentos em CACÉM)

No dia 6-6-74 foram despedidos 4 trabalhadores: Eugénio de Carvalho — pedreiro, Joaquim Lopes — servente, Pedro Correia — pedreiro, José Fernandes Rodrigues — armador de ferro (praticante).

Todos estes trabalhadores são naturais de Cabo Verde, não sindicalizados e encontravam-se na empresa havia menos de dois meses. O representante da entidade patronal com quem um dos grupos do C.A.D.C.C. contactou ao saber dos despedimentos, baseou os mesmos na cláusula do respectivo Contrato Colectivo de Trabalho estabelecido em Agosto de 1971.

Segundo esse mesmo representante a empresa poderá despedir e sem remuneração que não seja a do trabalho realizado até aí, qualquer trabalhador que aí se encontre em período experimental ou seja inferior a dois meses. Depois de decorridos os dois meses experimentais então o trabalhador terá as garantias dum indivíduo que aí se encontre a trabalhar há um ano. O grupo notou que os trabalhadores estavam convencidos de que tinham assinado um contrato por dois meses, o que contradiz a posição da entidade patronal que declarou que antes de assinar o contrato, tinha esclarecido os trabalhadores de que o contrato era para um período experimental e portanto poderiam ser despedidos a qualquer altura. Os despedimentos foram feitos com base num boletim de informação que apresentava nas diversas matérias a classificação de MAU. Perante o protesto de um dos trabalhadores, de que tinham realizado todas as tarefas correctamente e de que as classificações de mau eram apenas um pretexto para os pôr fora, o representante da entidade patronal limitou-se a ficar calado não desmentindo a acusação feita pelo trabalhador. O representante da entidade patronal informou ainda que iriam

despedir mais uma centena de trabalhadores e que portanto mais trabalhadores Caboverdeanos iriam ser atingidos brevemente. À pergunta que visava saber qual a razão porque não eram os trabalhadores avisados com antecedência dos seus despedimentos, a fim de arranjam novo trabalho e alojamento, foi respondido, que a empresa não faria isso, visto não lhe convir ter que pagar aos trabalhadores até expirar o prazo. Os trabalhadores desta empresa vivem em casas cedidas pela mesma, cada uma das quais comporta 40 beliches onde se alojam trabalhadores africanos e portugueses. Perguntou-se ainda ao representante se os trabalhadores não

poderiam pernoitar por um período de 3 noites enquanto não arranjassem alojamento. A pergunta foi mal interpretada pensando o representante que se pretendia que os trabalhadores, durante esse tempo, continuassem a trabalhar. Assim sendo, respondeu ser isso impossível visto que alguns deles dentro desse tempo completariam o período de dois meses e consequentemente adquiririam as regalias deles decorrentes. Perante a insistência do grupo em os trabalhadores poderem aí pernoitar foi-lhes permitido isso desde que, segundo as próprias palavras do representante se «portassem bem» como até aí acontecera.

(Sociedade Somag, SARL (Empreitadas) Quinta de Lagos — Algarve

Desta empresa chegaram a Lisboa: Gustavo de Brito Semedo — 18 anos — servente e Germano Gomes Lopes — 19 anos — ajudante de electricista com as seguintes notícias:

Houve uma greve de um dia e participaram activamente todos os trabalhadores africanos. Posteriormente apareceu lá um indivíduo caboverdeano que, segundo os trabalhadores portugueses, é capitão do exército, explicando aos caboverdeanos, que não deviam tomar parte em quaisquer formas de luta desse género porque isso só os iria prejudicar. Depois disso houve despedimentos de 200 e tal trabalhadores da seguinte forma:

1.º dia, 10 caboverdeanos; 2.º dia, 15 caboverdeanos; 3.º dia, 20 caboverdeanos e no 4.º dia, na sua maioria, caboverdeanos e entre eles estes dois.

No dia 11-6-74 vão ser despedidos o resto dos trabalhadores, que totalizavam 1000 e tal pessoas. É de notar que havia trabalhadores caboverdeanos com 3 e 4 anos de serviço que foram despedidos com uma pequena

gratificação.

No caso do Germano, ele teve uma gratificação de 600\$00 escudos. Ganhava 108\$00 por dia e descontava para a Caixa de Previdência 350\$00 escudos por quinzena o que totalizava 700\$00 escudos por mês.

Aquando do despedimento a única explicação que o chefe de obra lhe deu foi: uma vez que estavam a exigir a Independência de Cabo Verde, não tinham direito ao trabalho. E acrescentou, que Amílcar Cabral tinha morrido e que o P.A.I.G.C. não tinha alimento para eles e que iam morrer de fome.

O mesmo Germano foi ao sindicato (embora não esteja inscrito em nenhum assim como a maioria), para expor o seu problema e a resposta que obteve foi que, ou devia ir para Cabo Verde ou então para a tropa.

Nota — Eles viviam em quatro casernas de 120 pessoas divididas em camaratas de 6, onde também cozinham.

A GREVE DOS CTT

Costa Pereira — num momento em que nós ainda não pensávamos na greve, e veio precisamente com ameaças sobre a greve, comparações com o Chile, etc., coisas absurdas porque são situações completamente diferentes e que, evidentemente, NÓS REJEITAMOS. A Intersindical, nós sabemos perfeitamente que está «hipotecada» a um partido, o P. C. Também sabemos qual é a posição do P. C., qual é a maneira como o P. C. «trata» do benefício dos trabalhadores. Nós não aceitamos, nem a ideologia do Partido Comunista, nem a forma como conduz a sua luta. Portanto, nós não aceitaríamos integrarmo-nos numa Intersindical, se bem que não sejassem um Sindicato, mas apenas uma Comissão Provisória Pró-Sindicato». (Louro e Gonçalves, dois membros da Comissão Pró-Sindical dos CTT).

Ainda sobre argumentos reformistas tais que: «Não se deve fazer greve para não pormos em perigo as liberdades democráticas», esclarecem estes dois trabalhadores responsáveis:

«Pois se nós não podemos utilizar as tais liberdades democráticas, então para que servem?»

É um facto: A greve dos CTT, tal como as centenas e centenas de greves que continuam a proliferar por todo o país, envolvendo milhares e milhares de trabalhadores, não são senão a

consciência sentida por esses mesmos trabalhadores da exploração a que estão sujeitos.

É também o reconhecimento de que tal exploração não pode ser banida, nem sequer minimizada sem que, às manobras e pressões reaccionárias, os trabalhadores oponham a sua unidade e a sua contra-pressão revolucionária.

Acerca dessa unidade dizem Gonçalves e Louro: «Existem aqui (na Comissão Pró-Sindicato) elementos de diversas ideologias... ou nós tentamos evitar sujeitar esta comissão à disciplina de qualquer partido, ou isso iria provocar a pulverização em várias comissões pró-Sindicato. Um aspecto fundamental da nossa luta é exactamente a UNIDADE DOS TRABALHADORES, porque se estivermos divididos estaremos fracos e seremos manobrados com muito mais facilidade... De qualquer modo cremos que um sindicato não deverá estar enfeudado a um partido político. Isto não quer dizer, pelo contrário, que não tenha uma opinião e uma linha política; na medida em que um sindicato, tendo por missão A DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES, TEM NECESARIAMENTE DE TER UMA ORIENTAÇÃO POLÍTICA.»

Também é esclarecedora a opinião

CITROEN

Mas surgiu o primeiro obstáculo: o director técnico, Roger Mirgalet, disse que não podia responder à reivindicação imposta pelos trabalhadores que proibia o acesso às instalações da fábrica ao administrador Francisco Abreu. As negociações ficaram suspensas.

Os trabalhadores, a pedido da sua Comissão, retomaram o trabalho.

E o sr. Mirgalet deu então a conhecer a posição da empresa: **recusa pura e simples para dialogar com os trabalhadores.**

No dia 13, o sr. Mirgalet, acompanhado de um seu consultor jurídico, deslocou-se às instalações da fábrica para fazer o seu trabalho de expediente. Em virtude de se apresentar acompanhado, o piquete de trabalhadores que estava de serviço não permitiu a sua entrada, informando-o que só o poderia fazer acompanhado de um representante dos trabalhadores. Esta atitude deve-se ao facto de se pensar que o consultor jurídico, entrando só nos escritórios da fábrica poderia desviar documentos que pudessem dificultar o inquérito movido contra o administrador Teixeira de Abreu ou da cumplicidade com este do director técnico Mirgalet.

(Num comunicado publicado anteriormente pelos trabalhadores dizia-se que a administração receia que sejam descobertas possíveis actuações graves do Administrador-Delegado.)

No mesmo dia, foi endereçado à Comissão Representativa dos Trabalhadores da Citroen Lusitânia, uma carta assinada pelo sr. Mirgalet contendo o incidente da recusa da sua entrada na fábrica e declarando:

«Por tal facto, a Direcção da Empresa, obedecendo a ordens da Administração da mesma, decidiu declarar encerrada a Fábrica a partir de hoje, dia 13/6, e até ao restabelecimento por parte dos trabalhadores das condições mínimas ao exercício da autoridade patronal.»

(continuação da pág. 4)

A fábrica foi fechada apenas teoricamente, porque todos os trabalhadores continuaram a realizar as suas tarefas normais.

Foi assim que enviaram um telegrama ao Ministro do Trabalho dizendo que estavam surpreendidos pela decisão unilateral da Administração da Empresa em encerrar as instalações da fábrica. No telegrama informa-se que os operários continuam no seu posto de trabalho na mais completa ordem e civismo aguardando a resolução do diferendo com a ajuda das entidades oficiais do Ministério do Trabalho.

Agora o sr. Mirgalet só podia utilizar a arma da sabotagem do trabalho, e os trabalhadores vieram a saber que foi suspenso o envio de França de material C. K. D. necessário para a laboração da empresa. O stok actual é apenas suficiente para um mês de trabalho, a ritmo normal.

Os trabalhadores estão preocupados com a nova atitude da Citroen, que procura acabar com as condições de trabalho, e assim ganhar a batalha a favor do patronato, neste caso estrangeiro.

Enquanto houver material, os 300 trabalhadores da Citroen continuarão o trabalho, mas para vencer a atitude sabotadora da Citroen contam com o apoio do Ministério do Trabalho, que segundo nos declararam alguns elementos da Comissão dos Trabalhadores, os encorajou na luta, nos moldes actuais.

Elementos da redacção do nosso jornal foram recebidos pelos 7 representantes da Comissão dos Trabalhadores, a quem falaram da sua luta, sublinhando: «**agradecemos a todos os jornais e a todas as organizações, que se interessem pela nossa luta e que dela façam propaganda. A empresa fechou a fábrica mas nós continuamos o trabalho. Não nos filiamos em nenhum partido ou organização, mas seguimos a linha que nos parece justa: organizarmo-nos autonomamente para lutar contra a exploração e participarmos na gestão da fábrica.**»

(continuação da pág. 3)

destes dois trabalhadores acerca da importância da condução da luta pela própria classe:

«Embora no caso dos CTT seja difícil, em virtude da dispersão da empresa, fazer assembleias alargadas nós consideramos a assembleia de trabalhadores O ÓRGÃO MÁXIMO DE DECISÃO QUE NÓS TEMOS.»

Democracia, não é, portanto, uma palavra abstracta. É sim, a possibilidade dos trabalhadores conduzirem eles mesmos através de assembleias tão alargadas quanto possível, as suas próprias lutas. É também a não existência de dirigentes que não sejam eleitos por essas assembleias. Finalmente, democracia é ainda o controle efectivo da actividade de tais dirigentes — ou simplesmente responsáveis — pelas assembleias que, efectivamente, devem ser o órgão deliberativo por excelência.

A luta dos trabalhadores dos CTT não é oportunismo, não é irresponsabilidade, não é sintoma de incapacidade, não é fruto do jogo paternal.

A luta dos trabalhadores dos CTT, a greve em que se empenharam, É O RESULTADO DA EXPLORAÇÃO A QUE ESTÃO SUJEITOS OS TRABALHADORES DA EMPRESA, É A OBRIGATORIEDADE DO RECURSO A FORMAS DE LUTA MAIS ELEVADAS A QUE

AS ATITUDES DAS ENTIDADES PATRONAIS, NA PROCURA CEGA E BRUTA DE LUCROS MAIORES, NORMALMENTE CONDUZEM.

É, pois, dever de todo o proletário, de todo o trabalhador, apoiar por todos os meios possíveis esta luta que é mais do que uma luta dos trabalhadores dos CTT: É UMA LUTA DAS CLASSES TRABALHADORAS CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA DE QUE SÃO VÍTIMAS.

LÊ, ASSINA
E DIVULGA
REVOLUÇÃO



Comunicado n.º 17 da Comissão pró-Sindicato dos Trabalhadores dos CTT

«Acerca das declarações prestadas por alguns membros do P.C.P. ao R.C.P. e também em relação ao comunicado da Direcção da Organização Regional de Lisboa do P.C.P., tem a C.P.S. dos trabalhadores dos CTT a dizer o seguinte:

1.º — Rejeitamos integralmente a acusação de desencadearmos a greve sem prévia consulta aos trabalhadores. Como já afirmamos muitas vezes, a reunião de delegados de 12/6 foi amplamente convocada. Estiveram presentes delegados e trabalhadores das mais diversas regiões do País, onde afirmaram o seu apoio à C.P.S. e alguns deles traziam já as propostas de greve tomada em assembleias realizadas nos respectivos locais de trabalho e decidida posteriormente nessa reunião caso as nossas reivindicações não viessem a ser satisfeitas, pelo menos no seu essencial. Houve também telefonemas e telegramas de vários pontos do País, alguns dos quais em reunião permanente, a apoiar as possíveis decisões incluindo a greve, sendo falso que a nossa decisão fosse tomada pela Comissão Pró-Sindicato nas costas dos trabalhadores. E a maior prova que isso correspondia à vontade dos trabalhadores e a sua adesão praticamente total desde o primeiro momento.

2.º — Sobre o salário mínimo pretendido, que é negociável, temos a dizer que ele é perfeitamente possível, sob o ponto de vista económico, desde que se reduza o leque salarial, se acabem com os vultuosos ordenados secretos, se reduzam despesas improdutivas e luxuosas. Sob o ponto de vista moral ele é inadiável pois os trabalhadores dos CTT mais explorados têm direito a usufruir uma vida melhor.

3.º — Acerca da exigência de 35 horas de trabalho semanal afirmamos que a luta por redução do horário de trabalho tem sido uma das reivindicações básicas dos trabalhadores de todo o mundo desde que constituíram as suas primeiras organizações de classe. Nesta sequência achamos esta reivindicação justa, embora secundária e negociável no momento actual, tal como já fora afirmado numa das conversações que tivemos com o Conselho de Gerência e a Secretaria de Estado das Comunicações e Transportes quando estávamos em negociações.

4.º — Reiteramos ainda que sempre temos estado dispostos a negociar, e como prova chegamos mesmo a avançar sugestões para a contraproposta do Governo que eventualmente satisfizesse os trabalhadores. Mais fizemos notar que desde 5 de Maio e mais concisamente desde 27 de

Maios nos temos posto ao dispor para todos e quaisquer esclarecimentos e negociar dentro dos limites dos interesses dos trabalhadores. Actualmente encontramos-nos numa situação em que os trabalhadores tomaram uma posição de força para que sejam satisfeitas as nossas pretensões fundamentais. Encontramos-nos, pois, dispostos a continuar a negociar numa posição de força solidária a que nos obrigou a actuação negligente do Governo para com a nossa dignidade humana. Continuamos pois abertos a todas as negociações, mas para tal ainda não foram solicitados desde que se iniciou a greve, nem nos foi apresentada qualquer contraproposta.

5.º — Em relação à afirmação de que as nossas más condições de trabalho, os nossos baixos salários não deveriam implicar o recurso à greve, respondemos: que o Governo e o Conselho de Gerência foram frequentemente alertados pela C.P.S. de que os trabalhadores vinham demonstrando essa disposição caso os seus problemas não fossem resolvidos de outra forma. O governo e o C.G. não tomaram em devida conta a manifestação dessa disposição demonstrada pela paralisação de trabalho na Estação Central do Terreiro do Paço já em 27/5/74 que a C.P.S. se esforçou por discutir com os trabalhadores e que terminou nesse mesmo dia por decisão dos mesmos.

Não é função da C.P.S. travar quaisquer lutas que os trabalhadores decidam democraticamente encetar, mas unicamente ajudar a criar as condições que permitam a expressão democrática da sua vontade, numa forma organizada e conduzindo-a de acordo com as directrizes que estes a cada momento definam.

6.º — Ao longo de todo o País os trabalhadores dos CTT têm mantido a sua posição firme, sendo a paralisação do trabalho praticamente total e geral. Os poucos locais vacilantes têm vindo pouco a pouco a aderir, demonstrando que desejam estar unidos em torno das justas reivindicações de todos os trabalhadores, sendo falso que haja locais onde alguns de nós pretendam desligar-se da greve.

O que é verdade, é que elementos estranhos aos trabalhadores e aos seus problemas, vêm procurando promover uma vergonhosa campanha com vista à divisão, utilizando toda a espécie de provocações.

A resposta tem sido bem demonstrativa da consciência que os trabalhadores têm acerca da justiça e correcção da nossa luta. As provocações voltam-se contra os seus promotores, venham donde vierem, a solidariedade entre os trabalhadores

solidifica-se.

7.º — Tem a C.P.S. fornecido todas as informações e comunicados a todas as pessoas, organizações ou partidos políticos que as tenham solicitado.

Tem a C.P.S. conversado, discutido, com todas as pessoas, com todos os órgãos de informação, com todos os membros de partidos políticos, incluindo o P.C.P., que conosco vieram ter.

Mas do que não pode haver ilusões, do que ninguém pode duvidar, é que todas as pessoas, que se apresentaram nos locais de trabalho a estabelecer a divisão entre os trabalhadores, a tentar quebrar a unidade em torno das reivindicações por que nos batemos, serão repudiadas pelos trabalhadores: não se trata de impedir contactos, trata-se sim de denunciar e correr com os reaccionários, sejam eles quem forem, venham de onde vierem, com o fim de sabotar a nossa luta.

Além disso, o alto sentido de responsabilidade dos trabalhadores levou-os precisamente a organizar-se de forma a impedir que elementos estranhos aos CTT possam pôr em causa a segurança das instalações dada a enorme importância de que se revestem.

Lisboa, 19 de Junho de 1974, às 04.00 horas.»

Emissora Nacional uma imprensa de classe

Foi lido, no passado dia 17, às 9 horas, aos microfones da Emissora Nacional um comunicado segundo o qual a Comissão Pró-Sindical não era responsável nem se responsabilizava pela greve dos CTT!

Perante tal falsidade, acorreram aos estúdios elementos dessa Comissão, a cujos pedidos de esclarecimento foi respondido ter tal comunicado sido extraído dum jornal e de que tinha sido feito um apanhado. Protestaram, como se impunha na circunstância, os membros da Comissão pelos métodos que consideraram tendenciosos e que levaram a uma deturpação completa do comunicado em questão.

Quando depois foi entregue na mesma Emissora o comunicado da Comissão Pró-Sindicato que fazia esclarecimentos e dava resposta ao comunicado do Ministério da Comunicação Social, imediatamente aí disseram que não poderiam passar todo o comunicado (?), do qual fariam um apanhado que excluiria exactamente a parte respeitante ao esclarecimento de alguns dados vindos a público no comunicado do Ministério.

«Ora se o comunicado do patrão foi lido na íntegra, deviam naturalmente ler na íntegra o comunicado dos trabalhadores. Como tal não acontecesse, nós decidimos NÃO MAIS ENTREGAR NA EMISSORA NACIONAL QUAISQUER COMUNICADOS NOSSOS».

Os factos, como já se vê, falam por si. A Emissora Nacional, essa fala por alguém. E não sendo pelos trabalhadores...



INTERSINDICAL E GREVES

Muito se tem dito que as greves são provocadas pela reacção no sentido de provocar o caos económico e o regresso ao fascismo. O conhecimento que temos da organização dos trabalhadores nos vários sectores em luta, assim como os testemunhos públicos que apresentamos, dizem-nos o contrário. Que os trabalhadores que estão à frente das lutas são os mais conscientes e que o fazem pelo direito que lhes assiste de conquistarem melhores condições de vida.

Uma das greves que movimentou mais trabalhadores, a dos lanifícios e têxteis — operários — é descrita pela voz do delegado daquele sector à Intersindical (António Rosas) numa entrevista concedida à «Vida Mundial» em 14/6/74:

«A. R. — A do sector dos lanifícios e têxteis foi uma das greves justas, visto que as reivindicações, já anteriores ao 25 de Abril, se baseavam num estudo económico completo de todo o sector. Aqui é mesmo de lamentar que se tivesse de recorrer à greve; mas foi uma greve justa desde que o sector comportava as reivindicações. Acontece, aliás, que parte das reivindicações foram aceites.»

Mas na mesma entrevista lemos a declaração de Antero Martins, delegado dos bancários e portanto de acordo com a posição maioritária da Intersindical:

«Durante 48 anos os movimentos grevistas fizeram-se ao nível das empresas, pois os sindicatos não tinham autoridade legal para interferir e, se o fizessem ao lado dos trabalhadores, a respectiva direcção automaticamente podia contar no mínimo com a destituição.»

Na etapa que estamos agora a viver, os trabalhadores numa empresa já podem contar com os seus sindicatos, mas de momento isso nem sempre acontece.

No caso da Intersindical, muitos têm sido os trabalhadores que têm acorrido ao seu secretariado pedindo ajuda no sentido de se esclarecerem do perigo que correm utilizando a greve indiscriminadamente.

Em muitos casos, a Intersindical tem tido acção preponderante no sentido de evitar que grandes grupos se ponham em greve assim como relativamente a outros que já se encontravam em greve se tem conseguido

discutir o problema e, considerada a oportunidade, conseguiu o regresso ao trabalho. Isto não significa que a Intersindical seja contra a greve ou que não apoie os trabalhadores em greves justas.»

Vemos assim que durante 48 anos os sindicatos não puderam apoiar os trabalhadores em greve. Mas agora estes já podem contar com o Sindicato! E afinal para quê? Em «muitos casos» a Intersindical tem acção preponderante evitando a greve ou conseguindo o regresso ao trabalho. Perguntamos: e em quantos casos, e quais, apoiam as greves?

ESTAMOS EM GREVE
PELA MISÉRIA DE 1.000.000 desde
dia 13 de MAIO e continuamos
a NOSSA LUTA
ATÉ VENCERMOS

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	60\$00
Anual	120\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória. Os pagamentos directos podem efectuar-se também na direcção provisória das 18 às 20 horas.

O PAÍS DIVIDIDO EM TRÊS

Menos de dois meses após a queda do fascismo o país está dividido em três:

Os patriotas que são a J. S. N., o Governo Provisório e os fascistas que se vão acomodando facilmente ao programa do governo; os «Contra Revolucionários» que são as centenas de milhar de trabalhadores que lutam «contra-revolucionariamente» pelos seus interesses de classe e os partidos e grupos da Esquerda Revolucionária que, segundo a J. S. N. e o Governo Provisório, incitam os trabalhadores à luta e servem assim os interesses do fascismo; o movimento das Forças Armadas que se vê entre dois fogos e que ainda não se decidiu a tomar posição.

Dos três é este último, o movimento das Forças Armadas, que está em posição mais difícil, dramaticamente difícil.

É que só há uma escolha possível: ou a pseudo-legalidade burguesa com eleições para a Assembleia Constituinte e depois eleições para o Parlamento seguidas de eleições para a Presidência da República, etc., etc., com a continuação entretanto do sistema e das estruturas capitalistas, com todas as suas contradições próprias, os seus impasses, as suas impossibilidades, que vão perpetuando a exploração do homem pelo homem; ou a Revolução Socialista com todas as suas consequências, dificuldades, contradições próprias, etc.

O movimento das Forças Armadas que derrubou o fascismo em 25 de Abril tem que assumir essa gravíssima responsabilidade. Quer quisessem quer não, desencadearam um movimento revolucionário porque a situação objectiva do país era pré-revolucionária. O movimento das Forças Armadas tem que optar e não pode esperar um ano para fazer essa opção. Ou se põe ao lado das massas trabalhadoras e participa na sua organização, ou se põe ao lado dos partidos políticos reformistas e assume a res-

ponsabilidade histórica de travar o movimento das massas trabalhadoras para o socialismo. O Movimento das Forças Armadas tem que optar: ou impõe o fim imediato das guerras coloniais e o reconhecimento da independência da Guiné e do direito à independência de Angola e Moçambique, ou se compromete irremediavelmente com a política neo-colonialista da J. S. N. e do Governo Provisório. Ou se põe ao lado das massas trabalhadoras na caminhada urgente para a Revolução Socialista, ou se compromete irremediavelmente com a política de defesa dos interesses da burguesia

contra os interesses das classes trabalhadoras.

A situação não admite terceiras vias. Qualquer economista honesto pode explicar isso. Ou se prossegue na via de desenvolvimento capitalista com as suas leis inevitáveis de concentração e centralização do capital, ou se escolhe a via de desenvolvimento socialista em que essas leis jogarão a favor dos trabalhadores e não dos capitalistas.

Se se escolhe o caminho do socialismo, então é preciso assumir tudo até ao fim: A Revolução Socialista exige a organização política autó-

noma das classes trabalhadoras; a Revolução Socialista exige que o Movimento das Forças Armadas seja colocado ao serviço dessa organização e à sua defesa; a Revolução Socialista exige que os trabalhadores tomem o poder de Estado; a Revolução socialista exige a ditadura do proletariado, a tomada do poder político e económico à burguesia capitalista, a transformação do sistema capitalista em sistema socialista, de relações de produção sob a direcção política e a gerência económico do proletariado através de organismos eleitos pelos trabalhadores e directamente responsáveis perante eles.



CITROËN

A Administração da CITROËN não quer o diálogo com os operários de Mangualde. A Citroën mandou encerrar a fábrica para não suspender e continuar o inquérito contra o Administrador Francisco António Mendonça Teixeira de Abreu. A seguir suspendeu o envio da França de materiais para a montagem. Deixa os operários sem salários nem condições de trabalho. Tudo para salvar o sr. Teixeira de Abreu.

Perguntamos: que ligações poderão existir entre o sr. Teixeira de Abreu e o sr. Mirgallet e entre eles (através da Citroën) e o antigo regime? Os operários de Mangualde colocaram-nos estas perguntas. Deixamo-las agora à reflexão de quem assumiu a responsabilidade de fazer o saneamento nas empresas do nosso País.

Não queremos deixar de dizer que a resposta a estas perguntas se inscrevem numa resposta global a outras.

E perguntamos mais uma vez: o movimento do 25 de Abril pôs em perigo o poder do capital? A democracia burguesa é ou não uma forma de exercício da ditadura da burguesia?

TRÁS-OS-MONTES E O 25 DE ABRIL

O 25 de Abril ainda não chegou a Trás-os-Montes. Região com pouquíssima indústria, dominada por estruturas agrárias antiquadas, com uma emigração das mais importantes do País, longe de Lisboa, é natural que ficasse também longe do 25 de Abril.

Apesar de tudo isto os democratas de Trás-os-Montes, que sempre se bateram contra o fascismo, continuam a bater-se.

Muitas das Câmaras continuam nas mãos dos fascistas, noutras a presidência passou para o vereador mais velho, ou seja, para alguém tão fascista como o presidente.

Temos alguns exemplos. Em Viana do Castelo a actual presidente da Câmara (provisória) era comissária da Mocidade Portuguesa. Em Murça consta que o Presidente da Câmara usa dinheiro vindo de certa personalidade do Congo e do qual tem bene-

ficiado o Futebol da região. Esse mesmo dinheiro tem sido usado na campanha pró-fascista depois do 25 de Abril; o povo de Murça anda assustado e tem sido pedida a intervenção do Movimento das Forças Armadas. Em Montalegre, o vereador mais velho, Canedo ameaça tomar conta de tudo. Este Canedo, grande proprietário, foi da Acção Nacional Popular e o filho era deputado. Após o 25 de Abril apressou-se a pagar a água que devia à Câmara e que usava indevidamente — 13 contos! É este personagem que ameaça ser presidente, mas a gente do Barroso repudia que na Administração Pública volte a existir o nome de Canedo. E escreveram na Câmara — «Hitler-Dr. António. Qual deles o pior?»

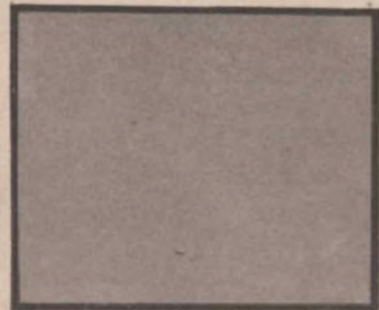
Opondo-se à ameaça que paira em Trás-os-Montes de que as personalidades fascistas continuem e de que nada se altere, os democratas impõem que sejam as suas comissões

a tomar conta da administração. É assim que nestas várias localidades há comissões constituídas por antifascistas (democratas de antes do 25 de Abril) dispostos a porem-se à frente dos interesses das populações.

Concretizando este sentimento, houve em Vila Real, no dia 13 de Junho uma manifestação de milhares de pessoas. Nela se gritava para que fossem nomeadas as litas dos democratas e para que o fascismo fosse completamente derrubado. E gritava-se também: «Abaixo a guerra colonial. Viva o PAIGC, o MPLA, a FRELIMO».

Em Trás-os-Montes, a mesma GNR do fascismo ocupa os mesmos lugares, e olha desconfiada. Os grandes proprietários continuam. As estruturas administrativas continuam.

Mas um largo sentimento popular antifascista está também vigilante e luta pelas liberdades democráticas e contra os donos da terra.



Então, João! nunca mais chegavas! Fui à da Alice e à da Laurinda, dizem todas que os homens estão na fábrica. Afinal que pouca vergonha é esta? Então GREVE é chegar tarde?



Estão a ver? Lá estão as mulheres! atrás de mim que devia era fazer GREVE! Tô agora mal-a-te, que tinhas era que vir para calçar. Bem dizem os outros - o pior é as mulheres em casa a chatearem um tipo. Vá lá compreendê-las! Por um lado que os filhos querem comer e que eu devia era fazer greve e que se ela fosse homem... eu fazia, acontecia... Por outro lado, não compreende, quer tudo a certa como de costume. Vá lá compreender... dadas...

Estive na fábrica, na assembleia. Estamos todos na ocupação. Tô amanhã vou para o piquete. Tivemos que eleger uma comissão. A malta nunca tinha feito assembleias e levou-se muito tempo para compreender. Porque a malta não nasce estúpido. Tô não passa a vida nos paleios como os doutores. Ora teve que se discutir muito (e houve confusão...) por causa de organizar tudo isto. Depois vieram aqueles a quem chamam os REFORMISTAS. Estão a ameaçar-nos com tropas; vê lá onde isto; em tão pouco tempo está a chegar. Não te faz lembrar nada, Maria?

P.S.: MAS A MALTA JÁ LHE RESPONDEU A ESSA CÂMBADA DE REFORMISTAS!